



A Experiência do Parlamento Jovem

Escola
do Legislativo



**ASSEMBLEIA
DE MINAS**
Poder e Voz do Cidadão



Educação, Cidadania e Legislativo

Que Legislativo?

Que Educação?

Que Cidadania?

A decorative graphic on the right side of the slide, consisting of several overlapping triangles in shades of light orange and red, arranged in a pattern that resembles a stylized flower or a geometric design.

Que Legislativo?

Um Legislativo que:

- assume seu papel na construção de uma sociedade melhor e que se apresenta como o Poder e Voz do cidadão;
- exerce a representação com a participação da sociedade na elaboração das leis e na avaliação das políticas públicas.

Que Educação?

Educação que:

- tem lugar no interior do Parlamento, lugar privilegiado das construções coletivas e que se assume como espaço de construção de conhecimento;
- tem como telos a construção da autonomia, da capacidade crítica e da consciência cidadã;
- se pautem em valores como solidariedade, espírito cívico, altruísmo, ética e respeito pelo bem comum: uma educação para e pela democracia.

Que Educação?

- Educação que prepara para o que não está pronto, para o que está por vir, para o que se constrói no fazer diário e na reflexão comprometida com a superação dos conflitos, por meio da participação, do diálogo e da construção do consenso, sempre inspirados nos ideais republicanos e com vistas ao bem comum.

Que Cidadania?

- Cidadania como conceito aberto e polisêmico que se reconfigura a cada contexto e que pressupõe a busca por modos de viver e conviver solidariamente, respeitando e fazendo respeitar cláusulas acordadas.

Que Cidadania?

- Cidadania que gira em torno do estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada que lhe confere direitos e obrigações e a um mundo que desejamos preservar;
- Cidadania que pressuponha pluralismo de opinião, livre acesso à expressão pública.

Que Cidadania?

- Uma cidadania que resgate a ideia de participação ativa dos cidadãos nos assuntos da comunidade, presente na ideia de cidadania grega e romana, mas que alargue o conceito de cidadão que eram por demais excludentes nessas sociedade;
- Cidadania que continuem alargando os direitos dos indivíduos , mas que revele também os compromissos desses indivíduos com a coletividade.

Que Cidadania?

- Cidadania diferenciada e profunda, marcada por múltiplas vozes e linguagens num mundo também múltiplo e que é ponto de partida para uma variedade ético-política em que Babel é mais uma oportunidade do que um desastre, mais uma promessa do que uma ameaça.

“A cidadania tal como qualquer outra coisa tem que ser aprendida. Os jovens não se tornam bons cidadãos por acidente, da mesma forma que não se tornam acidentalmente bons enfermeiros, bons engenheiros, bons condutores ou bons informáticos. A nossa preocupação é a necessidade de proporcionar aos jovens os encorajamentos necessários para aprenderem a ser bons cidadãos.”

(Commission on Citizenship – Reino Unido)

A Educação para a cidadania promovida no Parlamento Mineiro

É preciso desenvolver:

- o letramento político necessário para se viver em sociedade;
- a competência para participar em comunidades democráticas;
- a capacidade de pensar criticamente e de agir responsável e responsivamente num mundo pluralista.

A Educação para a cidadania promovida no Parlamento Mineiro

Matriz triádica para aprender a cidadania:

(Maria Eduarda Vaz Muniz dos Santos)

Educação em (sobre) cidadania	Educação pela (na) cidadania	Educação para a cidadania
CONHECER COMO CIDADÃO	ATUAR COMO CIDADÃO	PENSAR COMO CIDADÃO
<p>Perspectiva cognitiva que tem como meta a aquisição de um letramento político. Requer promover a informação e a capacidade do cidadão de se pronunciar sobre temas fundamentais da cidadania.</p>	<p>Perspectiva presente, aborda-gem experiencial. Aprende-se cidadania praticando a autonomia, a participação e a cooperação.</p>	<p>Perspectiva futura, compreende a educação em cidadania e pela cidadania. Potencializa a habilidade de encarar novas situações, de fazer escolhas e enfrentar novos dilemas com autonomia, senso crítico e responsabilidade com a vida e com o mundo.</p>

O Parlamento Jovem



Parlamento Jovem de Minas

Objetivo:

Contribuir para a formação política e cidadã dos estudantes; propiciar a vivência de práticas participativas junto aos legislativos Municipal e Estadual.

Parceiros:

ALMG/ELE, Instituto de Ciências Sociais da PUC Minas e câmaras municipais de Minas Gerais.

Realização:

No ano anterior à realização do Projeto

Formação dos coordenadores municipais; escolha do tema.

Parlamento Jovem de Minas

Etapa municipal – de março a julho

- Seleção das escolas de ensino médio e dos monitores no município (câmara municipal)
- Elaboração e desenvolvimento de atividades para o estudo da temática com os estudantes (câmara municipal)
- Formação dos monitores e estudantes por meio da Ead (ALMG e PUC-MG)
- Produção de materiais didáticos de apoio (ALMG e PUC-MG)
- Plenária municipal: discussão e aprovação das propostas e escolha daquelas a serem apresentadas na etapa estadual.

Parlamento Jovem de Minas

Etapa Estadual – agosto

- Preparação do documento-base composto pelas propostas enviadas pelos municípios (ALMG e PUC-MG)
- Grupos de trabalho para discussão do documento-base
- Plenária estadual: discussão e votação das propostas que comporão o documento final.
- Encaminhamento do documento final do Parlamento Jovem para a Comissão de Participação Popular.

Participação no Parlamento Jovem de Minas

Ano	Municípios participantes	Nº de participações	Nº de escolas	Nº de Estudantes	Nº de Monitores
2010	Belo Horizonte, Capelinha, Carandaí, Caratinga, Carmo do Cajuru, Divinópolis, Espera Feliz, Iturama, João Monlevade, Juiz de Fora, Leopoldina, Matias Barbosa, Montes Claros, Nova Serrana, Ouro Preto, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santos Dumont, Uberaba, Viçosa, Visconde do Rio Branco	12	50	815	112
2011		16	71	1.253	142
2012		15	76	921	99
2013		18	77	943	111
TOTAL	21	61	274	3932	464

Alguns resultados

- diversas propostas de natureza administrativa que tiveram encaminhamentos para diversos órgãos da administração pública;
- 2004 – inclusão no Conselho Estadual da Juventude, de representante da União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES), da União Nacional de Estudantes (UNE), da União Estadual dos Estudantes (UEE) e Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) - proposta incorporada ao projeto de lei que culminou com a edição da Lei 18.136, de 2009, que institui a Política Estadual de Juventude e determina que o Poder Executivo envie projeto de lei reestruturando o Conselho da Juventude;

Alguns resultados

- outra proposição de 2004 do PJ subsidiou projeto de lei: proposta que solicitava a inclusão, na lei que melhor conviesse, de dispositivo estabelecendo ações preventivas nas escolas estaduais com relação ao uso de drogas, bem como solicitando a presença de profissionais especializados no Colegiado das escolas para concepção de ações preventivas do uso de drogas. Essa proposta ratificou debates em torno do então projeto de lei, hoje lei 16.683, de 2007, que autoriza o Acompanhamento Social nas escolas da rede pública de ensino do Estado;
- 2006 – criação e divulgação pela TV Assembleia e pela rede aberta de TV de um programa de formação política para jovens;

Alguns resultados

- 2007 – distribuição obrigatória, pela Secretaria de Educação, de merenda escolar gratuita para os alunos do ensino médio da rede pública; emenda ao PPAG, hoje é Lei Federal;
- emenda ao PPAG 2008-2011: implementação de agência de estágio e de emprego para jovens, com encaminhamento para mercado de trabalho.

Considerações Finais

Por meio do PJ, o Legislativo Mineiro dá voz a um segmento específico da sociedade, instrumentaliza o debate e subsidia discussões que fortalecem a democracia participativa. Além disso, tem a capacidade de promover a criação de outras redes de participação articuladas.

As câmaras municipais que participam desse projeto passam a se articular como casas legislativas para outras ações e também desenvolvem a capacidade de promover e valorizar a participação popular.

As instituições de ensino envolvidas, universidades e escolas de ensino médio, também têm a possibilidade de se articularem entre si e também com o poder público.

Educação das instituições sobre, pela e para a cidadania.

Considerações Finais

Para os jovens, o projeto possibilita a formação política e o exercício democrático.

O jovem constrói o entendimento do que é uma Assembleia Legislativa, se informa sobre o Poder público (educação sobre cidadania). Vivencia o dia a dia do Parlamento, apresenta suas propostas e desenvolve a capacidade de formular argumentos técnicos e políticos (educação pela ou na cidadania).

O projeto incentiva posturas ativas e espírito cidadão, uma vez que é visível o comprometimento dos jovens participantes com a elaboração coletiva de soluções. Há uma ampliação do entendimento sobre democracia e participação política. Eles pensam como cidadãos (educação para a cidadania).



Obrigada!